

Governo sem articulação na hora do esforço concentrado

BRASÍLIA — A falta de articulação do Governo poderá transformar numa grande confusão o esforço concentrado que o Congresso tentará realizar a partir de hoje. Apesar de querer ver aprovados projetos do seu interesse, como a Medida Provisória 812, que altera o Imposto de Renda, e o projeto de lei de concessões dos serviços públicos, o Governo não procurou manter contatos com os principais líderes sobre os projetos. Além disso, muitos parlamentares estão irritados com a negociação dos salários de deputados, senadores, ministros e presidente da República fechada no menor valor por iniciativa do Governo.

Para complicar, o Executivo continua sem líder na Câmara para defender, por exemplo, as mudanças que devem ser feitas através da nova MP do Imposto de Renda. O relator do projeto, deputado Mussa Demes (PFL-PI), fez questão de deixar claro que foi apenas o negociador da parte técnica da proposta.

As primeiras reações à pouca habilidade do Governo em articular com o Congresso começaram já na questão do aumento do salário-mínimo. Apesar de o Governo desejar a reforma na previdência para poder negociar com calma o aumento do mínimo, o deputado Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que será impossível aprovar o reajuste do primeiro escalão e dos parlamentares sem cuidar dos vencimentos dos trabalhadores. O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso, aumentou a pressão contra o Governo ocupando a tribuna do plenário pa-

ra fazer um forte discurso contra o ministro do Planejamento, José Serra:

— E de se estranhar que o ministro, hoje, ameace seus colegas, dizendo: ou aprovam o orçamento ou não recebem tal ou qual quantia de dinheiro. É um desafio. Prefiro não receber o dinheiro. E se os companheiros estiverem de acordo também prefiro não aprovar o orçamento, porque só teremos engrandecida a nossa dignidade — disse, numa alusão à suposta intenção de Serra de cortar as emendas dos parlamentares para enxugar a proposta de orçamento.

Embora as votações polêmicas do esforço tenham sido agrupadas apenas na sessão de amanhã, o quorum de ontem, com apenas 55 deputados presentes, foi suficiente para criar preocupação. O final da legislatura serviu para esvaziar de vez as sessões da Câmara e do Senado. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), porém, está otimista:

— Concentramos as votações mais polêmicas justamente para a quarta-feira porque é o dia em que tradicionalmente temos o melhor quorum — explicou.

Além disso, existe todo um cuidado com a organização da pauta. Há um temor de que se o projeto de anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) for posto no início poderá derrubar as demais votações, uma vez que os partidos de esquerda já anunciaram que deverão obstruir a proposta. A mesma preocupação serve para a questão do salário mínimo. O Governo será o primeiro a derrubar a sessão caso ela seja priorizada.